

edição brasileira,
Terça, 20 Maio de 2008
ISSN 1981-6332

revista
Museu
cultura levada a sério

O portal definitivo
dos museus, a cr
da área
divulgando a cul

Busca no site

IR

★ ★ ★ **Artigos 18 de Maio**

<< voltar para Índice de Artigos

Em Foco

Artigos

Notícias

O Escriba

Glossário

Galeria

Na Estrada

Vitrine

Canal RM

Publicações

Loja RM

RM Imports

Projetos

Agenda

Endereços

Legislação

Links

Em Contato

Cadastre-se

Nossa Equipe

Parcerias

Patrocínio

Publicidade

Brindes

Expediente

O seu apoio é muito
importante para nós!
Clique aqui e faça do
Revista Museu sua
Home Page Inicial !!

★ **Regina Abreu**

Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e da Escola de Museologia da UNIRIO. É autora de artigos, ensaios e livros sobre o campo da Memória e do Patrimônio e co-organizadora do livro "Memória e Patrimônio", RJ, ed. DPA, 2003.

A Política do Patrimônio Intangível e o Papel dos Museus

O Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000, instituiu no Brasil o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Na verdade, a política do Patrimônio Imaterial ou Intangível instituída e regida pelo Estado brasileiro segue os ditames de uma tendência internacional no campo do Patrimônio. A UNESCO está no centro e na liderança de um amplo processo de reflexões neste sentido tendo por diversas ocasiões produzido documentos voltados para os países membros com o título de "Recomendações para a proteção e salvaguarda de manifestações culturais tradicionais". Está em jogo também a tentativa de criar mecanismos de proteção para as populações que detêm o chamado conhecimento tradicional associado ao processamento de ervas e plantas medicinais num momento em que as grandes empresas farmacológicas despertam para este amplo e promissor mercado. Diversas forças e interesses no contexto de um capitalismo globalizado vêm despertando a preocupação de profissionais do campo do patrimônio. É sabido que o crescimento da chamada globalização é acompanhado da abertura de novas fronteiras e negócios. São cada vez mais valorizados os chamados bens culturais tradicionais, seja pelo exotismo, pela raridade ou pela criação de novas necessidades. Uma das questões é com quem ficam os royalties e dividendos no processo de mercantilização das culturas, uma vez que este é um processo em curso, acelerado e sem volta. Assistimos por exemplo a criação de uma nova modalidade no campo do turismo, o turismo cultural que hoje vende para populações de turistas do mundo inteiro visitas a rituais indígenas ou de afro-descendentes. O que antes eram culturas exóticas e diferentes, acessíveis apenas a alguns poucos antropólogos, botânicos e uma pequena gama de pesquisadores, converteram-se hoje em culturas cobiçadas por um mercado ávido de novidades. O planeta do multiculturalismo é o território da compra e venda das culturas enquanto bens e produtos. Não é à toa que se fala tanto em "bens culturais". Refletindo sobre a lógica do mercado, e seu efeito de apropriação crescente das culturas, é bastante compreensível que a UNESCO venha se preocupando com um crescente processo de espoliação de populações que ainda mantêm conhecimentos e processos tradicionais em seus sistemas de vida. Em outras palavras, quando uma empresa utiliza padrões gráficos de uma etnia indígena transformando-os em padrões industriais de tecidos ou quaisquer outros suportes, seria correto ignorar as populações

que criaram estes padrões? Na lógica do capitalismo industrial não seriam elas as inventoras dos respectivos padrões e, portanto, detentoras legítimas do direito de patente sobre todas e quaisquer utilizações futuras destes bens? O mesmo raciocínio pode se aplicar a conhecimentos tradicionais sobre plantas e ervas medicinais, performances e rituais, técnicas específicas de confecção de instrumentos ou de equipamentos, e assim por diante.

Desse modo, penso que a proliferação de políticas relativas ao chamado patrimônio intangível ou imaterial é uma tendência mundial e está relacionada de um lado, com a tentativa de criar mecanismos na contra-mão da espoliação do capital cultural de certos segmentos populacionais e, de outro lado, com a preocupação com a diversidade e o entendimento entre as culturas – preocupação esta que anima e está na base da própria razão de ser de um organismo como a UNESCO.

Alguns autores atribuem à emergência de políticas do patrimônio intangível ou imaterial o alargamento da noção de patrimônio histórico e artístico que vigorou durante grande parte do século XX. Cecília Londres, por exemplo, chama a atenção que a partir da noção de patrimônio histórico e artístico ter-se-ia privilegiado a identificação, documentação, proteção, promoção e difusão de certos tipos de bens culturais, notadamente os de "pedra e cal". No Brasil, esta política teria valorizado a cultura trazida pelos colonizadores europeus, ao tombar igrejas barrocas e casas grandes. Segundo esta autora, esta estratégia teria produzido um "retrato" da nação que terminou por se identificar à cultura trazida pelos colonizadores europeus, reproduzindo a estrutura social por eles aqui implantada. A política de patrimônio intangível ou imaterial pretenderia portanto abrir um escopo maior de representações da sociedade alargando a valorização de diferentes matrizes culturais. No caso brasileiro, por exemplo, esta política poderia ser um instrumento eficaz para a inclusão no repertório de bens culturais valorizados e protegidos pelo Estado de manifestações culturais de uma ampla gama de grupos sociais. Assim, não apenas bens monumentais como igrejas ou grandes edificações seriam contemplados, mas também bens produzidos pela chamada cultura popular ou tradicional, fossem eles materiais ou imateriais.

Cecília Londres assinala que, no seu entender, a noção de patrimônio imaterial ou intangível não se contrapõe a bens materiais, "mesmo porque, para que haja qualquer tipo de comunicação, é imprescindível um suporte físico." A autora faz uma distinção entre os bens culturais "que, uma vez produzidos, passam a apresentar um relativo grau de autonomia em relação a seu processo de produção, e aquelas manifestações que precisam ser constantemente atualizadas, por meio da mobilização de suportes físicos – corpo, instrumentos, indumentária e outros recursos de caráter material -, o que depende da ação de sujeitos capazes de atuar, segundo determinados códigos." Ou seja, na vida das manifestações culturais, a materialidade e a imaterialidade estariam intrinsecamente interligadas. A política de patrimônio intangível evidenciaria para essa autora uma guinada importante por parte dos Estados nacionais que passariam a enfatizar as práticas sociais e não mais a cultura material em sentido estrito, principalmente a proteção aos objetos monumentais.

Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, em artigo recente, tem uma outra leitura sobre a emergência da política do patrimônio intangível.

Segundo este autor, "a proteção e a conservação dos bens de natureza material sempre trouxeram implícita a noção da indissociabilidade das manifestações materiais e imateriais." Ao tombar uma igreja barroca em sua monumentalidade, o Estado protegia de maneira implícita, as romarias e as festas que durante séculos ali se processavam. Por outro lado, para fazer face à especulação imobiliária e à cobiça de donos de antiquários e comerciantes dos mais diversos matizes, o Estado precisava proteger certos bens materiais que, de outro modo, não apenas seriam confiscados do espaço público (igrejas, praças, monumentos, edificações públicas) como poderiam afetar manifestações culturais que neles se referenciavam. "Os bens materiais, imóveis, móveis ou integrados, por outro lado, chegam a parecer mais vulneráveis que as manifestações imateriais. Seria impensável a Igreja do Rosário de Diamantina sem as festas da padroeira, celebrações impregnadas de africanidade. No entanto, dois tronos feitos em madeira policromada para o rei e a rainha do Rosário de Diamantina foram vendidos a um antiquário que os repassou ao Governo do Estado de São Paulo. Hoje, a curul do rei negro de Diamantina e o trono da rainha fazem parte do mobiliário do Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo paulista, ao lado de muitos outros bens móveis procedentes de antigas igrejas mineiras."

Para Ângelo Oswaldo, a política do patrimônio intangível não expressa necessariamente um alargamento da noção de patrimônio histórico e artístico, pois no seu entender, nesta já estaria implícita a noção de intangível. Pelo contrário, para este autor a proteção de certos bens de natureza material são imprescindíveis para as manifestações culturais "intangíveis". Para ele, seria um erro conceitual, entender que as noções de "histórico" e "artístico" não possam "abranjer e abarcar o domínio do imaterial, como se a questão do patrimônio fosse obrigada a um dualismo perpétuo, cindindo-se entre o dogma pétreo da materialidade e o etéreo cisma da imaterialidade".

Ao iniciar este ensaio sublinhando o papel da UNESCO na proposição de uma política do patrimônio intangível e ao chamar a atenção para o pano de fundo deste debate, qual seja a do surgimento de novos anseios mercadológicos em um mundo globalizado, gostaria de chamar a atenção para o novo foco do tema do Patrimônio. No meu entender, as políticas de patrimônio intangível não dizem respeito apenas a um alargamento das políticas de patrimônio histórico e artístico. Também não se trata somente de uma substituição de um instrumento que valorizava a cultura material – pedra e cal – para um novo instrumento que passaria a valorizar as práticas sociais. Penso que as políticas de patrimônio intangível talvez estejam expressando respostas possíveis a uma configuração radicalmente nova das forças econômicas, políticas e sociais. Hoje, no contexto do "multiculturalismo", as culturas tornaram-se bens em si mesmas. Os grupos sociais reivindicam para si talvez como suas maiores moedas de trocas, verdadeiros tesouros que se convertem em vultuosos capitais, atributos culturais que antes os desqualificavam. Se, como quer Cecília Londres, houve uma mudança de mentalidade, esta mudança é profunda e ampla e talvez ainda não tenhamos a possibilidade de dimensioná-la. Precusores do campo do patrimônio jamais poderiam imaginar o dia em que um ritual indígena, uma lenda, um mito, uma receita culinária poderiam vir a se transformar em preciosos bens nos mais variados sentidos, sejam econômicos, culturais, ou patrimoniais. É impossível, no meu modo de ver, comparar a atuação de um Rodrigo de Mello Franco, ícone da política do patrimônio histórico e artístico no Brasil, e a atuação de um Antonio Augusto Arantes, atual presidente do IPHAN e um dos condutores da política do patrimônio

intangível entre nós. Não só os atores e as práticas sociais são diferentes, como fundamentalmente os contextos são radicalmente diversos. No período áureo do SPHAN, que se iniciou em 1937, propunha-se uma política de patrimônio que tinha como principal alvo a luta contra a especulação imobiliária crescente que colocava em risco de demolição igrejas e edificações históricas conjugada com a afeição de comerciantes e antiquários por bens raros de cultura material. Hoje, surgiram novas demandas e novos valores de especulação no mundo do capital. Podemos dizer que à especulação imobiliária vieram se juntar especulações em torno dos chamados conhecimentos tradicionais e de manifestações culturais que passaram a ter o que antes era impensável: valores de mercado. No contexto deste "admirável mundo novo", torna-se imprescindível propor novos instrumentos e novas políticas no campo do patrimônio. Penso que é nesta direção que a nova política do patrimônio intangível deva ser pensada. De pouco adianta comparar este instrumento com políticas ou modos anteriores de funcionamento. Estes últimos tiveram serventia no contexto histórico em que foram implementados e, nesta direção, só nos cabe louvar a atuação de seus protagonistas. Quanto aos novos instrumentos e, especificamente às novas políticas de patrimônio intangível, estas só poderão ser avaliadas em função dos objetivos a que se propõem. Um destes objetivos consiste em instrumentalizar as populações detentoras de saberes específicos e raros valorizando sua auto-estima e municiando-as de aparatos jurídicos contra a espoliação de grandes empresas. Neste sentido, não podemos deixar de ver com bons olhos a emergência de tais políticas.

Entretanto, é sempre bom lembrar os perigos que rondam a política do patrimônio intangível. O principal neste caso talvez seja o de engessamento das manifestações culturais, uma vez que, como assinalou Ruben George Oliven, a própria noção de patrimônio traz em seu bojo a noção de que algo que corre o risco de ser destruído precisa ser guardado. "Algo parecido com o costume de dar um banho de bronze nos primeiros sapatos de uma criança e guardá-los em cima da cristaleira da casa. Esse processo de "congelamento" está sempre presente na idéia de patrimônio." Ao classificar e colecionar os bens culturais que merecem o selo do registro oficial do IPHAN, o Estado está intervindo diretamente em manifestações culturais que por serem vivas e dinâmicas, certamente irão se modificar com o tempo. O risco é justamente cristalizá-las, impedindo ou dificultando o rico processo social que inclui sempre permanências e mudanças.

Assim, entramos em nosso último ponto, qual seja o papel dos museus diante da novidade desta política tão rica e ao mesmo tempo tão polêmica. A política do patrimônio intangível me lembra o projeto inicial do Museu do Homem em Paris que surgiu inspirado no que havia de mais promissor na Antropologia francesa da segunda metade do século XX, principalmente o pensamento de Marcel Mauss e de Claude Lévi-Strauss. A idéia de reunir um amplo acervo das aquisições humanas em todas as áreas da cultura, de aspectos materiais e concretos, como a habitação, até aspectos pouco tangíveis como as técnicas corporais, sempre fez parte de uma espécie de sonho antropológico calcado numa visão universalista romântica, de entendimento entre os povos por meio do encontro e admiração mútua de suas diferenças. O projeto do Museu do Homem representou um esforço notável de construção de múltiplas ambientações de culturas diversas e plurais. O visitante poderia observar lado a lado como viviam árabes, muçulmanos, africanos, índios da Amazônia, esquimós, lapões e um sem número de povos e etnias. Aparentemente, o museu teria sido bem sucedido em seu intento de apresentar a unidade de

espécie humana na diversidade de suas manifestações culturais. Entretanto, o tempo passou e muitas destas culturas mudaram tão radicalmente que tornaram obsoletas as representações dos antropólogos sobre elas. A fossilização daquelas representações foi de tal ordem que o museu foi obrigado a se repensar, fechando suas portas para um estudo visando total reestruturação. Este exemplo ilustra um dos aspectos que quero chamar a atenção no que tange ao papel dos museus diante da nova configuração do campo do patrimônio, especialmente das políticas de patrimônio intangível. Quaisquer que sejam nossas boas intenções enquanto profissionais da Memória e do Patrimônio, precisamos ter claro que estamos a todo o momento tecendo representações sobre o outro, ou seja, sobre culturas ou aspectos das culturas que recortamos e nomeamos. O campo do patrimônio, tal como o campo dos museus é um campo de representações e que, neste sentido, não se confundem com a realidade onde se movem os agentes em suas práticas sociais. Não temos como "proteger" a realidade, nem como "conter" seus movimentos, seus embates, suas forças de vida. O que podemos fazer, e talvez este seja um dos nossos maiores desafios, é criar mecanismos de diálogo entre nós e entre os agentes sociais sobre cujas práticas queremos decifrar e representar. Nesta direção, penso que um dos papéis dos museus consiste em intensificar o diálogo com as populações que são efetivamente os sujeitos das manifestações culturais sobre as quais nos debruçamos. Quanto maior for este diálogo, maior será a capacidade dos museus e dos órgãos do patrimônio de acompanhar a infinita plasticidade dos movimentos da vida social e cultural.

Regina Abreu - Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e da Escola de Museologia da UNIRIO. É autora de artigos, ensaios e livros sobre o campo da Memória e do Patrimônio e co-organizadora do livro "Memória e Patrimônio", RJ, ed. DPA, 2003.

Copyright 2004. *Revista Museu*. Todos os direitos reservados.

>> [Clique aqui para fazer um comentário.](#)

[<< voltar para Índice de Artigos](#)

▲ Voltar ao Topo

revista Museu Site desenvolvido por Clube de Idéias

Copyright © 2004

Conheça nossa **política de privacidade**.